

DE VOLTA AO CAMPO: ESTRATÉGIAS PARA SE VIVER A POBREZA

Maria Inês Rauter MANCUSO ¹
Patrícia Alves RAMIRO ²

RESUMO: Este estudo compara, contrapondo, dois estudos feitos em locais e em momentos distintos do Estado de São Paulo. Tem, como objetivo básico, comparar a percepção que indivíduos e grupos residindo no campo têm sobre o campo e a cidade, utilizando essa percepção para justificar seus movimentos migratórios ou a ausência deles. Busca destacar as relações que esses processos têm com a vivência da pobreza. Do ponto de vista temporal, o primeiro dos estudos foi realizado no início da década de 70 do século XX, na Região Central do Estado, explorando sistematicamente as motivações para a permanência no meio rural. O momento se caracterizava pela frequência significativa de estudos sobre migração rural-urbana. O estudo então realizado aconteceu na contra mão dos movimentos migratórios. O segundo estudo realizou-se no início do século XXI, no Pontal do Paranapanema, com indivíduos e grupos que, pela oportunidade de assentamentos rurais aberto pelo Governo do Estado na região, realizaram a migração urbano-rural ou viram na reforma agrária uma forma de permanência no campo. O Pontal do Paranapanema, localizado na Região de Presidente Prudente, a oeste no Estado de São Paulo, é a segunda região mais pobre do Estado. O momento representado pelo primeiro estudo foi, portanto, atualizado a partir das preocupações suscitadas na segunda pesquisa. Sobressai, porém, a similitude das representações que se tem da cidade, o que confere, a estudos tão distantes no tempo e no espaço, conexões de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária. Representações sociais. Migração.

Introdução

Este estudo compara, contrapondo, dois estudos feitos em locais e em momentos distintos do Estado de São Paulo, o estado, mais desenvolvido, do ponto de vista econômico, do Brasil. Neste estado se consolidou o que se reconheceu como a Revolução Burguesa do Brasil. O estudo busca, como objetivo básico, comparar a percepção que indivíduos e grupos residindo no campo tem sobre o campo e a cidade, utilizando essa percepção para justificar seus movimentos migratórios ou a ausências deles. Busca destacar as relações que esses processos têm com a vivência da pobreza.

Do ponto de vista temporal, o primeiro dos estudos foi realizado no início da década de 70 do século XX, na Região Central do Estado, explorando sistematicamente as motivações para a permanência no meio rural. O momento se caracterizava pela frequência significativa de estudos sobre migração rural-urbana. Na região de Campinas, onde se inseria

¹ UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas - Departamento de Ciências Sociais. São Carlos. SP – Brasil. 13565-905 - inesmancuso.ds@gmail.com.br. Doutora em Sociologia pela USP.

² UNESP - Universidade Estadual Paulista. Campus Experimental. Rosana -SP – Brasil. 19284-000 – patriciaramiro@rosana.unesp.br. Doutora em Ciências Sociais pela UFSCAR.

o lócus da pesquisa, em 1940, aproximadamente 65% da população era considerada urbana ou suburbana. Em 1980, essa participação passou para aproximadamente 83%. A região de Campinas se localizava entre as regiões do interior que, desde o final do século XIX, se desenvolveram com a economia cafeeira e havia, com isso, recebido migrantes europeus, especialmente italianos, e a região da capital do Estado, que havia se especializado na oferta de serviços financeiros e comerciais à economia cafeeira. A presença de migrantes europeus foi essencial na consolidação da Revolução Burguesa, da economia cafeeira à industrialização, nesta região. A região foi favorecida com a posição entre o interior cafeeiro e a capital e com o sistema de transportes e comunicação entre o interior, a Capital e o Porto de Santos. O desenvolvimento urbano e industrial de toda essa área foi de tal monta que se acreditava que se houvesse um problema dos sem teto esse seria da população urbana. O estudo então realizado aconteceu na contramão dos movimentos migratórios. A questão básica era: se o esperado era migrar, por que muitos ainda permaneciam na área rural? A resposta caminhava em um balanço entre a cidade e o campo e o reconhecimento de que, na cidade, aqueles que migrassem, dadas suas características sociais, iriam se inserir entre os mais pobres, além de perder a autonomia que se reconhecia ter na condição de sitiantes. Mesmo os assalariados acreditavam perder algo: em especial o lugar de morar e a qualidade da alimentação. Realizaram-se, com aqueles que permaneciam, em uma região em que prevaleciam pequenos sitiantes e de pecuária leiteira, entrevistas e observação direta (com diário de campo). A perspectiva teórica adotada foi a Teoria de Sistemas Sociais (Modelo AGIL) de Parsons.

O segundo estudo realizou-se no início do século XXI, no Pontal do Parapanema, com indivíduos e grupos que, pela oportunidade de assentamentos rurais aberto pelo Governo do Estado na região, realizaram a migração urbano-rural ou viram na reforma agrária uma forma de permanência no campo. O Pontal do Parapanema, localizado na Região de Presidente Prudente, a oeste no Estado de São Paulo, é a segunda região mais pobre do Estado. No início do século XX, quando a região de Campinas caminhava em direção à intensificação do processo de industrialização, a região mais a oeste do Estado era conhecida como “sertão desconhecido” ou “terras desconhecidas habitadas por indígenas”. A região de Presidente Prudente apresentava, em 1940, 24% de sua população habitando em áreas urbanas e suburbanas e, em 1980, apenas 69%. A ocupação da região por madeireiros e pela pecuária aconteceu dentro de intensos conflitos sociais, o que levou, na segunda metade do século, à intervenção do Estado. A segunda pesquisa, utilizando entrevistas com questionários, entrevistas semi-estruturadas, observação direta, observação de reuniões, conversas livres, buscou conhecer, entre os moradores de assentamentos rurais, os motivos e razões que os levaram a empreender esse movimento da cidade para o campo ou o desejo de permanência no meio rural. A perspectiva teórica adotada foi a de Tönnies (1995), quando discute Comunidade/Sociedade.

A cidade em perspectiva: o primeiro estudo

No período pós década de 50, fazia-se necessária a busca pela compreensão das transformações decorrentes do amplo processo migratório do campo para as cidades, focando a questão das novas identidades construídas na vida urbana, enfocando, ora as reminiscências do sujeito rural, ora os novos valores adotados para adaptação na cidade.

Já no final dos anos 40, e início da década de 50 do século XX, Antônio Candido, na obra já clássica, *Os Parceiros do Rio Bonito*, chamava a atenção para o grande número de

camponeses que migraram para a cidade de São Paulo. Nesta migração, abandonaram os gêneros tradicionais de vida caipira. Dizia-nos Candido (1971, p.233-234):

Ao contrário, a mobilidade de hoje conduz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, quer levando o caipira ao trabalho em zonas de agricultura moderna, onde se incorpora aos novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao proletariado urbano. O pessoal das indústrias, dos transportes rodoviários e ferroviários, da construção civil, das obras públicas, é, em grande parte, recrutado de seu meio. Da mesma maneira, nele se recrutam as empregadas domésticas e os empregados de toda sorte de atividades, qualificadas ou não, requeridas pelos centros urbanos. Uma pesquisa recente³ mostra que 48,92% das famílias vindas para a capital provêm de áreas rurais, e que a sua ocupação principal tornou-se o trabalho na indústria.

Nessa época, em que parecia ser corriqueiro o desejo de migrar, aconteceram pesquisas que colocaram a questão da migração por meio de outro ângulo: o da apreensão dos valores envolvidos no desejo de permanência na área rural. Esses **pesquisadores da contramão** produziram material para comparações e percepções de mudanças da vida rural e urbana no decorrer desses cinquenta anos ao questionarem, não as razões e alterações decorrentes do processo migratório, mas as razões e motivações da escolha de permanência no mundo rural. Uma dessas pesquisas foi realizada no início da década de 70, pela socióloga Maria Inês Rauter Mancuso (1975, p.05), intitulada *O fenômeno da permanência no sistema social rural*, na qual o objetivo central consistia em:

[...] realizar um estudo exploratório sistemático sobre a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural. Com referência a este objetivo, a preocupação primordial é a reconstrução do Sistema Social Rural sob a orientação de um quadro teórico e, partindo dessa reconstrução, determinar as tendências relativas à permanência daquele e naquele sistema.

Nesse caso específico, não apenas o tema fugia aos padrões da época, mas a metodologia é igualmente singular. Mancuso irá trabalhar com conceito de Teoria de Ação de Talcott Parsons (1962), mais especificamente o modelo AGIL⁴, procurando realizar as observações pela seleção das alternativas de ação da população estudada. O *locus* da pesquisa foi o município de Itirapina, localizado no centro do estado de São Paulo e distante 191 km da capital. A população total do município, na época, era de aproximadamente 7000 (31% dos quais eram economicamente ativa), dos quais 3000 (33% economicamente ativa) dependiam da Agricultura e Pecuária e 1700 (45% economicamente ativa) dependiam do setor de atividades Transportes, Comunicação e Armazenagem. Os demais dependiam de atividades menos significativas numericamente. A área rural do município era subdividida em parcelas

³ A pesquisa recente a qual Antônio Candido se refere é a realizada por Almeida e Mendes Sobrinho (1951).

⁴ Constitui um enfoque de abordagem da Teoria do Sistema Social, que é uma extensão da Teoria da Ação. O modelo AGIL resume as variáveis importantes na conceptualização de sistemas a apenas quatro: 1) subsistema Adaptativo, relacionado à necessidade de adaptação aos sistemas exteriores; 2) subsistema consecução de metas (*Goal attainment*), relacionado à necessidade de mobilização de recursos necessários à consecução de metas desejáveis; 3) subsistema integrativo (I), relacionado à necessidade de integração das unidades de ação; 4) subsistema manutenção de padrão (*latency*), relacionado à necessidade de **administrar** as tensões resultantes da possível contradição entre a motivação individual e as exigências sociais.

que recebiam localmente o nome de bairros. Os critérios para reconhecimento dos bairros eram: 1) as linhas de leite que designavam o trajeto dos caminhões coletores de leite, a principal atividade rural comercial do município, 2) algum elemento natural, em especial riachos, do qual, inclusive, derivava-se o nome do bairro: Bairro Passa Cinco, Bairro Cachoeira, por exemplo. Três foram os bairros percorridos: Itaqueri (que possui um núcleo urbano) que apresentava uma densidade demográfica de 5,63hab por km²; Cachoeira, com densidade demográfica de 5,55 hab/km² e Passa Cinco com 2,97 hab/km². Das 287 propriedades rurais cadastradas na época, 67% tinham uma área de até 125 ha e 18%, de 125 a 250 ha.

A principal atividade rural comercial, como se afirmou, era a pecuária leiteira. O leite era destinado, em especial, à Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé). Os caminhões de leite buscavam o leite nas propriedades rurais e levavam-no ao posto receptor da Nestlé, principal forma utilizada pela pesquisadora para ir da cidade às áreas rurais. Havia um posto receptor de leite da Nestlé na cidade e, diariamente, um caminhão saía de madrugada para ir à área rural, recolhendo os latões de leite cheios e deixando os vazios. O caminhão de leite era também o principal meio de locomoção para os habitantes da terra, dado que não era frequente a posse de carro próprio e nem havia linha de ônibus. As estradas percorridas eram de terra, irregulares, muito esburacadas e ficavam intransitáveis em dia de muita chuva. Nesses dias, frequentemente o caminhão atolava e era preciso a ajuda de muita gente para que o caminhão continuasse transitando e não se perdesse o leite, resultado de um dia de muito trabalho. Os problemas com a linha de leite atingiam a todos, mesmo que não produtores de leite, pois o caminhão era o principal meio de comunicação com a cidade. A atividade leiteira condicionava os outros aspectos da vida dos produtores. A hora de levantar era determinada pela hora da ordenha e essa, por sua vez, pela hora em que o caminhão passaria. Portanto, quem quer que quisesse ir para a cidade, tinha que se adaptar ao horário do caminhão de leite. A produção agrícola, mesmo quando era a principal fonte de renda da propriedade, destinava-se inicialmente à subsistência. Raramente plantavam-se hortas, criavam-se galinhas e porcos, atividades desenvolvidas pelas mulheres e pelas crianças, tal como chegou a ser expresso em redações escolares. Muitas crianças ajudavam também o pai na ordenha e na lavoura. O fabrico de queijo era também atividade das mulheres. A horta, quando havia, era geralmente cercada para protegê-la dos galináceos, que eram criados soltos, forma ideal para que eles próprios cuidassem de sua alimentação. Os porcos eram criados em mangueirões, e só em época de engorda e abate eram fechados em chiqueiros.

As dificuldades de locomoção entre a cidade e os bairros rurais determinaram também o ritmo da pesquisa de campo. Ia-se de caminhão de leite para um bairro rural, saindo da cidade ainda quando o sol não havia raiado, e a partir do ponto em que se descia, visitavam-se as casas a pé. Os moradores rurais assim também circulam dentro dos bairros e entre os bairros: a pé ou a cavalo. As distâncias que podiam ser vencidas por esses meios eram consideradas pequenas, quando não tudo era muito longínquo. Algumas vezes, em especial quando tinha no bairro algum amigo, a pesquisadora dormia por lá, e podia circular também a cavalo.

Outro cuidado de pesquisa foi com não interferir na rotina de trabalho. Para conversar precisava-se, muitas vezes, esperar o término da ordenha, o trato com as vacas, a limpeza do mangueiro. Nesses momentos a conversa era mais solta e geralmente versava sobre o que estava sendo feito e muito dirigido pelo próprio morador rural. Perdia-se em informações sistematicamente coletadas por entrevistas mas ganhava-se em observação e em confiança. A observação direta, assim, em muito contribuiu para o levantamento de observações, por

exemplo, quanto às moradias e a sua variabilidade segundo a inserção da família nas relações de produção. As moradias eram simples, compostas de uma área interna e de uma área externa, geralmente banheiro (quando havia), às vezes o fogão, e equipamentos toscos para lavar roupa e utensílios domésticos e de trabalho. Não havia encanamento de água para o interior das casas. Muitas casas não tinham energia elétrica, portanto não se tinha televisão e geladeira e o tipo de rádio mais comum era o de pilha. Regra geral, a simplicidade imperava, porém, havia mais conforto interno nas casas dos proprietários. Nas casas dos parceiros e dos empregados, a impressão era de que era possível fazer uma mudança dispondo apenas de uma carriola de mão, tão poucos eram os móveis. Às vezes pensava-se que era possível até ir-se embora sem nada levar, tão precários eram os móveis.

Ao todo, foram entrevistadas 53 pessoas, de 16 a 89 anos, dos quais 28 eram homens e 25 mulheres; 23 proprietários, 25 empregados e 5 parceiros. Além disso, trabalhou-se com fotografias e redações escolares, essas realizadas com crianças do ensino fundamental.⁵ As entrevistas foram semi-orientadas, isto é, tinha-se clareza com relação aos objetivos, mas a conversa transcorria **solta**. Apenas se formulavam questões ou se emitia alguma opinião apenas com o intuito de manter o interesse pela conversa. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A gravação não produziu constrangimento às pessoas. Muitas pediam inclusive para se ouvirem depois. Um único caso aconteceu de resistência que foi contornada: uma mulher, esposa de um empregado, se inquietou com os objetivos da gravação, pois, dizia, certa vez um grupo de moços havia gravado conversas, gravação que serviu depois para chacotas. Uma outra situação aconteceu também com uma mulher, proprietária rural, que ficou muito tempo silenciosa logo após a chegada da pesquisadora em horário previamente combinado. Depois de muito perguntar sem ter respostas, o constrangimento tomou conta então da pesquisadora que ficou sentada simplesmente, sem saber o que fazer, olhando a mulher, em pé, ao lado do fogão de lenha, entretida com o que cozinhava. Passado algum tempo que, na sensação, pareceram horas, a mulher tirou o avental, aproximou-se da mesa à qual estava sentada a pesquisadora, sentou-se também e disse: “Agora podemos conversar. Não podia antes, pois, estava cozinhando pato e, quando se cozinha pato, não se pode falar para a carne não ficar dura”.

Uma questão relevante que aparece na pesquisa de Mancuso (1975) e ainda hoje é similar nos estudos de Sociologia Rural, alterando-se apenas as representações reais e ideais apresentadas, é a da ambiguidade da realidade entre o urbano e o rural. Os depoimentos permanecem sempre vacilando entre as atrações percebidas no ambiente urbano e as vantagens de permanecer no meio rural, ou seja, as pessoas para realizarem suas escolhas, organizam-nas manifestamente a partir de um balanço entre as vantagens de um e de outro meio. Realizam o que Mancuso (1975, p.102) chama de “balanço permanência-migração”, no qual a opção de ficar no campo é resultado de forças funcionais decorrentes das forças contrárias à evasão ativas. Segundo a autora,

As decisões, portanto, são possíveis de se alterar conforme se alterem não só as condições rurais e urbanas, mas também conforme se altere a percepção destas condições, o que pode ser ocasionado pela emissão continuada de “atrações” da cidade em relação à zona rural.

⁵ Na época, o ensino primário, equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental atual, acontecia na própria área rural, em escolas isoladas localizadas em alguns bairros rurais. As crianças iam à escola à pé ou a cavalo, recursos também utilizados pela pesquisadora para locomoção no interior das áreas rurais.

Não se pode, porém, simplificar esse balanço a partir do que era manifestado. Centremo-nos pelas relações com o sistema natural, representado pelos animais e pela terra. Tais relações eram valorizadas e acentuadas no processo de socialização. Durante a infância, essas relações compunham o conjunto dos **brinquedos** e assim as crianças eram introduzidas no sistema produtivo rural. Mesmo aqueles animais que representassem uma possível ameaça, como as cobras, exerciam certa atração. Contavam-se histórias em que se revelava certo prazer em correr riscos ao se enfrentá-los. Entre os adultos, a pesca e a caça eram atividades lúdicas, de lazer. O trabalho que os ligava diretamente à terra e aos animais permitia, portanto, a realização concreta de um **ego** que se constituía desde a mais tenra infância. Plantava-se e colhia-se, animais nasciam e desenvolviam-se. Assim os tempos eram marcados. As pessoas acompanham todo o processo produtivo e viam o resultado final. O sistema natural possuía valor que não se restringia ao econômico e instrumental. Era também valorizado expressivamente. A necessidade e desejo da continuidade daquelas relações assumiam um papel mantenedor de padrão. Na repetição de tais relações e na transmissão de normas de comportamento e de valores que, comparativamente, pouco se alteravam, construía-se, para os moradores da zona rural, um sistema dentro do qual se podia agir com relativa margem de segurança social.

A cidade, colocando-os em situações para as quais não estavam preparados para enfrentar, ameaçava sua segurança. A referência básica era a cidade de Itirapina que, apesar de ser de pequeno porte, e com um modo de vida muito próximo da zona rural (casas com quintais, horta, criação de animais de pequeno porte), caracterizava-se como culturalmente distante para os moradores do campo. Isso era determinado pelas maiores dificuldades de transporte e de comunicação dos moradores do campo. Além disso, as principais atividades estavam ligadas à ferrovia, portanto eram atividades predominantemente urbanas. A visão de mundo que os moradores da zona rural possuíam, dada a dificuldade de acesso e de comunicação, situava-se nos limites espaciais e temporais do sistema rural e da cidade de Itirapina. Em Itirapina, poucas eram as famílias que possuíam carro e televisão, poucas eram as pessoas com nível de educação universitário. As famílias escolhidas para comparação eram aquelas que possuíam aparentemente o mesmo nível de renda e de escolaridade. A esses níveis, a participação na esfera de consumo urbano – lazer e alimentação – era percebida como inferior a que tinham na zona rural. Era percebida como inferior também o nível possuído de liberdade e era sentida como perdida a gratificação obtida com o trabalho direto com a terra e com os animais. As perspectivas de vida para os filhos definiam-se também nesses limites. Esse padrão particularista era reforçado pela afetividade que orientava a ação desses moradores.

Algumas características da área rural, já anunciadas, devem ser destacadas para relativizar o não desejo de migrar para a cidade:

1) Duas eram as principais formas de contato com a cidade: o caminhão de leite e o ensino primário. O caminhão de leite foi tão importante no estabelecimento das relações entre o campo e a cidade que, ainda hoje, as estradas que existem seguem as marcas deixadas no espaço pelas linhas de leite, confirmando o já anunciado por Durkheim (1963, p.11), ao afirmar que as maneiras de ser são maneiras de agir consolidadas: “As vias de comunicação não passam de leitões que a corrente regular das trocas e das migrações, caminhando sempre no mesmo sentido, cavou para si própria.” Pelo caminhão de leite, as pessoas iam do campo para a cidade e vice-versa, para fazer compras ou para os serviços religiosos, por ele chegavam as compras do que o campo não produzia e as cartas. Ele era, portanto, uma força racionalizadora. Mesmo assim, o condutor do caminhão de leite e seus ajudantes tinham um jeito de viver muito próximo ao das pessoas da zona rural. Quanto ao ensino primário, poucas

eram as crianças que ficavam na cidade. Geralmente eram os filhos dos maiores proprietários. A maior parte das crianças estudava em escolas rurais e fazia apenas, e raramente, os quatro primeiros anos. Ficavam todas, independentemente da idade e da série em que estavam, na mesma sala acompanhadas pela mesma professora (geralmente mulher). A professora chegava também pelo caminhão de leite e, geralmente, morava com alguma família. Ficavam na zona rural apenas o tempo suficiente para poder se transferir para alguma escola da cidade.

2) Poucas eram as casas com energia elétrica. Ouviam-se principalmente, por radinhos de pilha, músicas sertanejas. Não recebiam jornais. As notícias chegavam principalmente pelo caminhão de leite. A distração principal eram a pesca e a caça, os longos bate-papos. As crianças brincavam com brinquedos improvisados, geralmente reproduzindo o mundo dos adultos assim internalizando-o.

3) Na cidade, ou as pessoas não tinham parentes ou, quando os tinham, eram também oriundos da párea rural e mantinham o mesmo estilo de vida. Pela falta de televisão e de jornais, qualquer estilo de vida mais distante do jeito de ser não chegava a se concretizar como referência. Portanto, a cidade não pode emitir sinais atrativos. Pelo contrário, aparece como perda da segurança, da liberdade, da fartura.

O campo em perspectiva: o segundo estudo

Mais contemporaneamente, no caso da Reforma Agrária, pode-se afirmar que o balanço campo-cidade varia: muitos vêm na reforma agrária a opção de permanecer na área rural, e também de inverter o sentido migratório, agora da cidade para o campo. Nesta etapa histórica, de acordo com Ramiro (2008), é a cidade que perde seus antigos atrativos e o campo (re)surge como possibilidade mais atraente de vida.

Em seu trabalho, *Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal*, a autora pretende contribuir para discussão sobre a reforma agrária adotando como viés a interpretação do processo de construção da identidade social gerada pela adoção de novas formas de sociabilidade no meio rural, criadas pela possibilidade de permanência ou retorno ao campo através da implantação de projetos de assentamentos. No campo da sociabilidade rural, procura detectar quais os valores presentes nas ações ideais e reais destas pessoas que passam, após conquista de um pedaço de terra, a conviverem diariamente num mesmo espaço e presenciam dificuldades e oportunidades iniciais semelhantes, embora carreguem histórias de vida particulares.

Uma das etapas desta pesquisa consistiu em entrevistar 96 moradores do assentamento Nova Pontal (entre titulares e co-titulares de lotes), um dos 107 assentamentos da região, sobre a percepção que tinham da situação de vida anterior ao assentamento, considerando a avaliação subjetiva referente a essa transição e a existência do desejo de permanência ou mudança do projeto de assentamento e, quando interesse em alteração do local de moradia, se esta seria para outra área rural ou para alguma cidade. Foram pesquisados moradores de 91 lotes dos 122 totais, pois, cinco dos entrevistados eram cônjuges do titular, contabilizando apenas um lote. Entre os informantes, 67 são homens e, os 29 restantes, mulheres. Quando questionados sobre a avaliação que fazem das transformações da situação de vida atual em comparação com a vida que tinham antes de ingressar no projeto de assentamento, 34% disseram que melhorou muito, 14% que piorou e 10% que nada mudou. Os demais ficaram entre melhorou razoavelmente e melhorou um pouco.

A opção pela vida campestre foi realizada no momento da decisão pela inclusão no processo de reforma agrária. Como estão assentados no Nova Pontal há quase dez anos, é de

se esperar essa avaliação positiva, pressupondo que as pessoas precisam dar significado às suas escolhas para seguirem sua vida. Ramiro (2002), em pesquisa realizada em Mãe Luísa, um bairro pobre de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1999 e 2001, observou que residir naquele local era tido como algo vantajoso para seus moradores, apesar do estigma e da fama de bairro violento que o local carrega. Assim também os moradores de Copacabana pesquisados por Gilberto Velho (1987), em sua maioria, desejavam permanecer no bairro carioca. Tanto no campo, quanto na cidade, pode continuar válida a afirmação de que “o que muda são as motivações e os valores nos quais as pessoas constroem seu discurso a fim de dar sentido à situação vivida.” (RAMIRO, 2002, p.115). Cabe-nos, portanto, detectar o respectivo peso que as motivações comunitárias e societárias apresentam nessas escolhas.

A construção da identidade social de cada um deles na condição de assentados passa pela percepção da ambiguidade da realidade rural/urbana e permanece sendo pautada no balanço permanência-migração descrito anteriormente. Todavia, para os que eram trabalhadores rurais e uniram-se aos movimentos sociais de luta pela terra ou instituições que apoiam a reforma agrária (como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) envolvidos nessa pesquisa, a mudança deu-se, principalmente, na passagem da situação de empregados para **patrões**. Passaram a ser donos de suas terras e de sua força-de-trabalho a ser usada em benefício da família, o que chamam de **trabalhar por conta**. Reportam-se à questão de perceberem-se como proprietários de seu lote (embora juridicamente não o sejam), e ao fato de gerarem renda para si mesmo. As falas de alguns dos casos podem ser elucidativas da questão:

Era bóia-fria. Agora sou proprietário. Tenho liberdade, facilidade das coisas e acesso ao crédito. Foi da escuridão para claridão!(assentado, 53 anos)

Melhorou muito porque tomava conta de fazenda no Mato Grosso e ganhava pouco. Hoje tenho renda e a renda é minha, não é mais do fazendeiro. (assentado, 52 anos).

Para diversas pessoas, o retorno ou a permanência na terra aparece como sinônimo de moradia, de trabalho, de estabilidade e de tranquilidade. Isto porque, ao fazerem um balanço de sua trajetória de vida, sentem que alguns valores, muitas vezes derrotados por outras vantagens imaginadas na vida citadina em décadas antecedentes, retornam agora para reafirmar ou revalidar as vantagens do meio rural. Seguem alguns dos depoimentos nessa direção:

Na cidade é vida de pagar aluguel, mais difícil. Aqui trabalha, têm. (assentada, 35 anos)

Melhorou muito. Dá para criar os bichinhos: galinha, porco. Quer vender uma galinha, tem. É mais melhor do que na cidade. Na cidade ninguém cria nada. (assentada, 66 anos)

Na minha cabeça, eu acho assim: lá pagava muita água, muita luz, consegui aposentar, graças a Deus! A gente tem uma misturinha para comer. (assentada, 65 anos)

Melhorou muito em tudo. Até na união, tem paz, tem sossego. A gente trabalha, mas sou feliz. (assentada, 52 anos)

É o sossego. Peguei o lote, agora tenho minha vaquinha para tirar leite... Sossego! Vou para cidade não agüento nem ficar três dias. (assentada, 54 anos)

Pelo menos sossego, eu tenho. Não existe dinheiro no mundo que paga meu lote. Pelo sustento, que é mais confortável, pouco, mas a gente tem uma garantia. (assentado, 46 anos).

A avaliação pode servir-se da depreciação ou da valorização de determinadas características percebidas. Quando se trata de valorizar a vida rural, as imagens recorrentes são, ainda hoje, muito similares às que aparecem em trabalhos anteriores: enfatizam questões como a tranquilidade da vida no campo, a beleza da natureza, a paz, o prazer das criações de pequenos animais, fatores não essencialmente econômicos, mas ambientais e culturais. Juntamente com as vantagens das criações de pequenos animais e das hortas caseiras como garantia de alimentos a baixo custo e com maior rapidez, por não dependerem da locomoção aos centros urbanos ou mercantis geralmente distantes, essas atividades aparecem vinculadas a aspectos culturais da vida campesina. Acompanhar as crias dos animais, regar as hortas e vê-las brotar até chegada a época da colheita são atividades tidas como prazerosas para quem se dispõe a fazê-las. As galinhas, diferentemente das granjas comerciais, são inúmeras vezes criadas soltas pelo quintal e circulam livremente dentro das casas, fazendo parte do ambiente doméstico dos assentados. A paisagem também aparece como fator vantajoso perante a cidade. Dona Luísa, por exemplo, nos contou que tudo começou com o sonho do marido em ter um lote e que, atualmente, não consegue se imaginar morando da cidade. Recorre em seu imaginário à cena do reflexo da lua na água de uma novela televisiva para explicar-me a vista que possui em seu lote. Quando perguntada durante entrevista o que mais gosta em seu lote, responde:

Ai! Tudo. Eu adoro ficar em pé ali na porta da sala e olhando assim para o rio. Você quer ver quando é noite de lua cheia, que a lua vem e bate na água! Não sei se você se lembra de uma novela, Porto dos Milagres, que passava? A imagem é a mesma. Então eu fico tempos ali até a lua subir... tem hora que é da janela do meu quarto, hora que é ali de fora. Então é muito bonito. Eu adoro aquele cenário ali. (Dona Luísa, 43 anos)

Quando essas representações ideais referem-se à depreciação da vida urbana, a promessa equivocada de que o crescimento econômico potencializado pelas e nas cidades desembocaria em desenvolvimento social veio acompanhada dos inúmeros infortúnios causados especialmente aos trabalhadores pouco qualificados, em sua maioria, oriundo do campo. Entre esses infortúnios aparecem: a violência nos grandes centros, o alto índice de desemprego, o preço dos serviços básicos, como tarifas de água, luz e telefone, o alto custo da alimentação e do aluguel. Enfim, o processo de migração cidade/campo se dá através da redefinição dos valores considerados importantes e também devido ao processo de inclusão social injusta vivido na cidade. A recusa pelo termo excluído dá-se por compartilharmos da visão de Martins de que:

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum *sujeito de destino*: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e

“exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhes correspondem. (MARTINS, 2003, p.31).

Essa depreciação da vida citadina revelou-se em algumas falas como:

Na cidade tudo o que ganhava, gastava. (assentada, 31 anos)

Em tudo melhorou. Era emprego, não tinha nada. Hoje tenho meu leite, planto. Melhorou 100%. (assentado, 56 anos)

Porque trabalhava de empregado, não tinha vida própria. Às vezes dava quinze horas de serviço por dia. Hoje tenho mais recurso financeiro. (assentado, 54 anos)

Trabalhar por conta própria. Já fiz muita hora em barragem. Independência. (assentado, 54 anos)

Porque se tivesse na cidade, na minha idade, uma firma não pega mais. (assentado, 57 anos)

Os filhos não andam na rua bagunçando. Ficam em casa. Gasta menos, evita pagar a luz cara e a água (que é de poço cacimba). (assentado, 43 anos)

Quando a percepção da situação de vida no decorrer do tempo anterior e posterior ao ingresso no assentamento é de inalteração da vida, dez assentados declararam não terem sentido mudanças significativas. Nesses casos, a vivência da cidade é bastante nítida. Afinal a situação continua na mesma: consideram que permanecem sem dinheiro, assim como antes, ou por terem ingressado através da compra de benfeitorias, e ainda não tinham sua situação regularizada perante o Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e/ou a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) para poderem acessar a linha de crédito ou porque no passado tiveram algum emprego de baixa remuneração ou realizam alguns bicos na cidade e percebem na agricultura uma situação permanente de instabilidade financeira. Vejamos algumas das respostas fornecidas durante a pesquisa:

Porque só agora irei pegar financiamento. Fiquei três anos sem financiamento. (assentado, 44 anos)

Porque não tenho renda de nada. Tudo o que planta, perde. Na cidade, pelo menos, estava empregado. (assentado, 40 anos)

Por enquanto não estou vivendo do lote, estou empregado. Vou pegar o dinheiro agora. (assentado, 42 anos)

De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza

Muito contratempo da natureza. Lavoura não deu certo, pecuária não deu certo. Lavoura demora e não dá preço. Falta renda mensal. (assentado, 39 anos)

A agricultura não dá muita força pra gente. Planta, vai vender não tem preço. Leite também. Nos somo muito desmotivados. (assentado, 43 anos)

Dois acreditam que nada mudou porque já eram agricultores antes, mas, enquanto que, para um, a semelhança está no exercício da mesma atividade - afinal diz que buscou na reforma agrária terras para poder colocar gado, pois já trabalhava com venda e compra do mesmo - o outro criticou a situação dos dois últimos anos devido às condições climáticas inadequadas para agricultura e também a ausência de políticas de governo para solucionar a questão dos agricultores, como a queda que sentiam no preço do leite naquela época, chegando a receber apenas R\$0,17 pelo litro do leite. A principal motivação resultante da balança permanência-migração é econômica em grande parte dos casos e, quando a avaliação da situação de vida passada e presente é negativa, visualizando, portanto, uma piora na mesma, são as dificuldades financeiras para sobrevivência no campo, novamente, os fatores recordados para justificar sua resposta. A ausência de estabilidade, as dificuldades enfrentadas pela agricultura como baixo preço dos produtos retornam nas falas de outros assentados entrevistados:

Antes era empregada, recebia salário. (assentada, 47 anos)

Minha renda hoje é menor. (assentado, 36 anos)

Em matéria financeira. Eu era pedreiro... (assentado, 56 anos)

Hoje a lavoura não têm preço. Às vezes não produz. Antes tinha emprego fixo, aqui não tem ganho fixo, né? (assentado, 36 anos)

Está mais difícil. Eu não devia em banco, hoje devo. A maior dificuldade é essa. (assentada, 45 anos)

Está pior a vida, porque você planta e não colhe. Antes trabalhava de empregado. Estou com o milho bonecado⁶ e não chove. (assentado, 45 anos).

A falta de saúde física também pode ser limitante da vida rural, visto a demanda de atividades que impõe a manutenção do lote, mas não é mais tão enfatizada nas falas dos assentados devido às conquistas previdenciárias dos agricultores na década de 90. Apenas em dois casos, foi considerada o principal fator para avaliação negativa da situação por ser empecilho ao exercício das atividades agrícolas e pecuárias. Para um deles, “no começo estava bom, mas depois que cortei o braço...”. Este senhor de 56 anos recebe, desde o acidente, um salário mínimo como auxílio-doença, mas ressenete-se de não poder colaborar mais no cotidiano de seu lote. Para Dona Maria, 54 anos, a diabetes, pressão e colesterol altos são resultados das dificuldades vividas por ser assentada, pois justifica sua ausência de saúde talvez pela idade, ou por ter lavado roupa durante dois anos no córrego do projeto de

⁶ Diz-se que o milho está bonecado quando já está com a espiga e palha formadas, lembrando os cabelos de uma boneca, porém faltam brotar os grãos, fato que necessita da chuva para acontecer adequadamente.

assentamento, até que a água encanada chegasse à sua moradia. Importante ressaltar que, no caso dela, essas doenças não são consideradas pelo INSS como motivo para afastamento das atividades e, sendo assim, a mesma não é beneficiária da previdência social.

Os valores motivadores das ações em direção à vida campestre recaem basicamente em aspectos individualistas resultantes de histórias de vida difíceis na cidade. Mesmo que, para muitos, a vida permaneça a mesma ou tenha piorado, quando indagados sobre a existência de vontade, ainda que temporária, de mudar do projeto de assentamento Nova Pontal, poucos manifestaram esta intenção. Em geral gostariam de permanecer na área rural, alguns buscando maiores áreas ou locais com maior proximidade da cidade, ampliando a oportunidade da pluriatividade, como disse Sr. José de 39 anos: “Iria para o cinturão verde” (área beirando o Distrito de Primavera). “Mais perto da cidade, mais chance de trabalho. É rural, mas é praticamente dentro da cidade”.

A migração, independentemente do sentido em que ocorra, põe em pauta o conflito das vontades humanas, na qual valores repulsivos e atrativos são avaliados e definidos pelos atores sociais para decidirem (quando possível) o destino mais favorável para sua vida e de sua família. Cidade e campo possuem, cada qual de acordo com a história de vida de cada um, qualidades e deficiências. Para permanecer ou deixar um ambiente em prol do outro é resultado da avaliação que fazem desta balança que ora repele, ora atrai com maior ênfase. Optar por um dos dois caminhos, não elimina essa dualidade de forças opostas, pelo contrário, renova-a num movimento constante de reflexão e reafirmação ou negação dos valores adotados, afinal, a dialética faz parte da natureza humana. A falta de oportunidade vivenciada em ambientes urbanos gera a adesão aos movimentos sociais de luta pela terra, mas com um interesse em comum, a saber: conseguir renda, casa e até mesmo a comida que a cidade não permitiu acesso.

Nenhum dos assentados ouvidos declarou ver nos laços familiares um fator decisivo para retorno ou permanência na terra. Quando questionados, porém, sobre a existência de parentes de um dos titulares ou de ambos no mesmo ou em outro(s) projeto(s) de assentamento, mais da metade declarou tê-los. A existência de vínculos de parentesco entre assentados é majoritária em Nova Pontal, onde, das 117 famílias analisadas, 69% tem parentes em assentamentos do mesmo município, dos quais 56% estão no mesmo assentamento.

A análise quantitativa do número de famílias com parentes de um ou de ambos os titulares dos lotes indica o peso que as relações interfamiliares podem assumir na vida cotidiana construindo redes de sociabilidade baseadas no parentesco. Fala-se “podem assumir”, pois precisaríamos de mais tempo de pesquisa para detectar a existência e a intensidade das relações estabelecidas entre esses parentes. Neste trabalho, a análise ficou mais restrita às relações intrafamiliares. De todo modo, a decisão de participar da luta pela terra aponta para manutenção dos vínculos familiares, muitas vezes necessários para sobrevivência da vida difícil que a cidade lhes proporcionou⁷. Ou, noutros casos, como ouvido de alguns assentados, a decisão de participar da luta pela terra seguiu a trajetória **bem sucedida** de outros parentes que conseguiram um lote em épocas anteriores, o que se transforma em exemplo inspirador para tornar suportável a disposição em permanecer acampado por longo período. As famílias presentes nos lotes caracterizam-se por estruturas bastante diversas e englobam, em diversos casos, famílias extensas, com vários casais de gerações distintas, fazendo com que o tamanho do lote seja inviável para ampliação da

⁷ Sobre pobreza urbana ver entre outros: Agier (1990, 1998); Lewis (1972); Magnani (1998); Perlman (1997); Sposati (1998); Telles (1994, 2001); Woortmann (1987) e Zaluar (1985, 1994).

pecuária leiteira, principal atividade dos assentados da região. A inexistência de financiamentos para investimentos agropecuários que não sejam para o titular da área e as dificuldades da gerência coletiva do lote tornam a vida em comum na mesma área insuficiente para garantir uma vida com qualidade para todos, embora essas novas famílias desejem permanecer no meio rural, repetindo, então, a luta pela terra feita por seus pais na década de 80.

A proximidade física pode ser determinante da intensidade das relações sociais estabelecidas entre estes parentes, visto que os encontros e visitas podem ser mais frequentes quanto mais próximas as pessoas estiverem, desde que haja a manutenção de vínculos, quer sejam regidos por relações de interesse (societárias, portanto), quer por vínculos afetivos ou de afinidade (comunitárias).

A existência de relações de parentesco interfamiliares como um dos fatores influentes (ainda que de forma latente) na opção por permanecer ou retornar ao campo por meio da reforma agrária, quer seja como **modelo de ação**, quando seguem exemplos de parentes assentados em período anterior, quer como **compartilhar de atitude**, quando juntos procuram conquistar terras para buscar na vida campesina uma melhoria da qualidade de vida, aparece na análise dos dados referentes à localização e dispersão geográfica de parentes que também se encontram na situação de assentados, tanto no mesmo projeto de assentamento, no mesmo município, quanto no Estado de São Paulo ou fora dele. Desta análise, destacam-se três características principais: a) o grande percentual da presença de parentes assentados, b) a elevada quantidade de parentes assentados no mesmo município e c) a regionalização da permanência destes parentes em assentamentos localizados no Estado de São Paulo.

Estudar família é estudar a comunidade (*Gemeinschaft*) regida por vínculos de sangue. Todavia, a maneira como aquela pode se apresentar está diretamente relacionada com o contexto no qual se insere. Se, por um lado, “[...] as famílias continuam a contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade, função que podemos considerar do ponto de vista socioantropológico como universal” (PEIXOTO, 2000, p. 08), por outro, os diferentes arranjos familiares possíveis são culturalmente construídos e reelaborados. Do total de famílias do assentamento, 50% são nucleares completas, isto é, constituídas dos pais acompanhados de filhos(s), 30% são extensas quando têm casais de duas gerações, gerações ligadas pelo vínculo paternal/maternal. Apenas 2,6% dos lotes são mantidos por pessoas solitárias, todas homens, o que, junto com outros fatos conhecidos como o da mudança para a cidade das mulheres quando ficam viúvas e sem filhos, aponta para a inviabilidade de mulheres sozinhas conseguirem garantir na área rural a reprodução econômica da família.

Os dados expressam um tipo ideal de família necessária para a reprodução econômica das famílias assentadas. No caso da agricultura familiar, e em especial a praticada por agricultores assentados, oriundos de camadas mais baixas e sem condições financeiras de contratação de serviços externos ao espaço doméstico, a quantidade de pessoas em idade ativa para o trabalho agrícola é fundamental para a reprodução econômica e social desta família. A própria seleção das pessoas realizada pelo Estado torna praticamente inviável que uma pessoa solteira ingresse num projeto de assentamento sem ao menos uma companheira e/ou filho (s), mesmo que ainda pequeno(s), o(s) qual (quais) poderá (ão) ser, assim que possível, membro(s) importante(s) na divisão das tarefas do lote.

No caso destes moradores sozinhos, as dificuldades para continuarem no campo também são imensas, pois reclamam da imensa solidão que sentem, principalmente quando “anoitece no sítio”. Na cidade, as opções de lazer são imensamente mais variadas e o ritmo de vida permite formas variadas de contato social. Já no assentamento, a distância entre os lotes, o forte calor da região para grandes caminhadas e a ausência de opções de lazer fazem da

solidão um dos fatores para a desistência dos lotes. Será então que o tipo ideal de família seria aquele que apresenta maior proporção na relação trabalhador/consumidor (relação de dependência), ou seja, quanto maior o número de pessoas em idade ativa e menor o número de inativos (crianças pequenas, idosos e doentes) mais apta estará a família para garantir, de maneira satisfatória, sua reprodução social e econômica? Há um certo risco de reduzirmos tudo a meras funcionalidades determinadas apenas à satisfação dos aspectos econômicos da vida, o que explicaria a predominância das famílias nucleares completas neste trabalho sem a exigência de maiores aprofundamentos no assunto.

A opção pela unidade familiar nos projetos de assentamento parte também de um interesse externo. No caso, esse interesse é o do Estado em selecionar esse tipo de perfil familiar para a agricultura em áreas de reforma agrária. Embora apoiado em teorias de que a produção é maior nesse tipo de unidade de trabalho, interessa ao Estado ampliar a quantidade de pessoas assentadas, quer por ideologias humanitárias do governante, quer por demonstração numérica de eficiência (depende do governante).

O convívio intradoméstico entre três gerações, visível nas famílias extensas, embora possa ser considerado como uma **obrigação moral** dos filhos em relação aos cuidados com os pais na velhice⁸, é percebido, neste estudo, como mais uma estratégia de ampliação da mão-de-obra familiar, mesmo considerando que o número de agricultores assentados aposentados é relativamente baixo, o que os leva à precariedade econômica.

Ainda que essas estruturas familiares sejam diferentes, há formas de organização interna da divisão social do trabalho familiar determinadas pela quantidade de trabalho (dentro e fora do lote) necessária para satisfação das necessidades que variam conforme o estilo de vida adotado por cada família e segundo o sexo e a idade dos membros. Em outras palavras, queremos mostrar que os bens materiais e o acesso a determinados serviços são avaliados segundo a lógica interna de cada grupo familiar, sendo influenciado pela história de vida de cada uma e pelas expectativas de vida adotadas para permanência ou retorno à **vida rural**.

Nesse mundo rural atual, as distâncias com a cidade são cada vez menores, pela melhoria das estradas, pelos meios de transporte coletivos ou particulares, pela inclusão de crianças e jovens em escolas públicas urbanas ou pelos professores oriundos destes ambientes, pelo acesso aos meios de comunicação de massa. Tudo isso cria a necessidade de um número crescente de acesso a bens antes inviáveis, inacessíveis e/ou considerados desnecessários à população rural. Além desta necessidade cultural de bens materiais, a alteração da paisagem do meio rural devido à eletrificação rural e ao encanamento de água e esgoto ocasiona mudanças significativas nos orçamentos familiares rurais por exigirem a presença de renda mensal fixa ou de um planejamento anual muito bem programado. Antigamente, no período entressafra, podia-se sobreviver no campo com as culturas de subsistência, podendo aguardar a época da colheita para pôr as despesas em dia e refazer o planejamento do ano agrícola seguinte. Hoje, ao contrário, é necessária a presença de renda mensal para suprimento das necessidades básicas, fato que gera novas formas de reprodução social caracterizada basicamente pela figura do trabalhador pluriativo, ou seja, aquele que realiza outros serviços fora do lote, ou na cidade ou mesmo no meio rural, em épocas temporárias ou mesmo de forma assalariada de algum ou alguns do(s) membro(s) da família.

Esse trabalhador pluriativo nos assentamentos vai ter sua presença marcada pela moral familiar do que é função do homem e da mulher, a qual varia conforme a estrutura familiar existente. Assim, se há o casal no lote, quem sai para realizar algum trabalho externo na

⁸ Obrigação moral transformada em lei através do Estatuto de Idoso no Brasil.

cidade é o marido, ficando às esposas o exercício do trabalho restrito à prestação de serviço a algum vizinho ou amigo assentado em época de colheita. Embora resguarde um valor simbólico de auxílio entre os moradores regido por laços de parentesco (incluindo o compadrio) ou de afinidade, nos dias atuais, é raro ver ocorrer, nos dias atuais, essa troca de serviços como em outras épocas. Hoje em dia, o que varia é o valor acertado e à época do recebimento. Quanto mais próximas, mais as pessoas podem negociar o valor das diárias e quando se as pagará, podendo mesmo ser após o recebimento do valor das mercadorias do comprador. Essa determinação de quem pode ou não trabalhar na cidade só é alterada quando a família é nuclear ou extensa incompleta e se a mulher resida sem o cônjuge. Nesses casos, a mesma sai para trabalhar fora quando consegue e, geralmente, procura serviços de limpeza nas casas da cidade.

A permanência ou a saída para realização de outras atividades geradoras de renda é determinada não apenas pelo sexo do praticante, mas também pela posição social ocupada nesse ambiente segundo os valores ideais adotados. Por esse motivo, é mais frequente ver a saída de um filho jovem para estudar e/ou trabalhar na cidade, do que a mulher casada ir buscar serviços fora do ambiente doméstico. As representações sociais em relação à obtenção da renda nas camadas mais baixas resgatam ao universo masculino a **ética do provedor**, porém de maneira compartilhada com as mulheres, expressa nas obrigações de trabalho das mulheres para reprodução econômica da família.

A antiga desvalorização das atividades consideradas femininas na esfera produtiva tende a ser alterada pela vivência que tiveram na cidade e pelos direitos previdenciários conquistados pelas mulheres do campo, conforme a compreensão desta legislação como direito seja reconhecida pelas mesmas. Ainda nos dias atuais, porém, as atividades praticadas por elas na roça, embora sejam atividades de trabalho reconhecidas pela legislação, não são valorizadas e permanecem, na mentalidade de muitos agricultores, confundidas com tarefas domésticas e não como trabalho, mesmo sendo importantes para manutenção do orçamento familiar. Essa divisão familiar do trabalho dentro e fora do lote baseia-se, portanto, nos sistemas de valores adotados pelos membros da família segundo a posição ocupada e, mesmo que não determinada, relaciona-se diretamente com a reprodução econômica da família. É por este motivo que o uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer do seu espaço familiar constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condições materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco. (BOURDIEU, 1980).

Concomitante com a busca pela ampliação da renda por meio de trabalhos externos há a busca por alternativas de produção mais rentáveis, ou melhor adaptáveis ao perfil social e cultural da população assentada. Podemos dizer que a opção pela atividade pecuária na região do Pontal do Paranapanema é, ao menos em parte, resultado desta necessidade de adaptação à realidade local. A constante presença nas falas dos agricultores da ausência de renda mensal é solucionada com a venda diária de leite, paga mensalmente pelo laticínio, e a divisão de tarefas entre os integrantes segundo características etárias e sexuais é realizada sem muitos conflitos. É comum ver os jovens tocando o gado para o pasto durante o dia e recolhendo-o ao curral ao entardecer. Dependendo da idade, aos meninos mais velhos fica também a tarefa de alimentar o gado nas cocheiras na época do inverno, período das secas, no qual o principal suplemento alimentar da região é a cana-de-açúcar triturada. Setenta e oito das cento e dezessete famílias pesquisadas plantam pequenas áreas de cana exclusivamente para esse fim (em geral, o que chamam de uma quarta, ou seja, ¼ de alqueire). A tarefa da retirada do leite nos períodos matutinos pode ser realizada tanto pela mulher quanto pelo homem, sendo decidida conforme os outros compromissos existentes dentro ou fora do lote. Se um dos dois

precisa sair para tratar de algum assunto na cidade (ir ao supermercado, na escola ou ao hospital, por exemplo) ou têm encargos considerados mais urgentes dentro do lote, podendo ser cuidar de um filho doente, no caso das mulheres, ou cuidar da lavoura para os homens, é ao cônjuge que fica a responsabilidade da retirada matutina do leite. Essa relação entre unidade familiar e unidade de produção que envolve todos os membros de algum modo aparece, na fala de Abramovay (1998, p.18), como definidora da agricultura familiar.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade negócio e família.

Nesse sentido, considerando as especificidades da população pesquisada, podemos afirmar que o assentado é uma das múltiplas formas que a agricultura familiar pode apresentar. E, como em qualquer forma de organização familiar de agricultores, vai ter seu formato definido conforme sua historicidade e expectativas de vida, as quais se expressam nas práticas ideais e materiais cotidianas.

Em comum entre todos estes agricultores familiares assentados, existe a expectativa da conquista de uma vida melhor. As formas encontradas para solucionar a questão, porém, englobam atitudes individuais que devem ser acordadas e aceitas pela coletividade (família). Caso contrário, aparecem situações de abandono e/ou desagregação familiar, podendo ocasionar o enfraquecimento ou mesmo o rompimento dos vínculos familiares, quer no âmbito da vida matrimonial, quer nas relações entre pais e filho(s) ou entre parentes colaterais. Como mostra Carneiro (1998, p. 07)

[...] ainda que a colocação da força de trabalho no mercado seja um ato individual, a família controlava ainda a reprodução social de seus integrantes. Esta relação contraditória entre a decomposição da família como unidade de trabalho e sua permanência como formuladora de valores que guiam o comportamento individual face ao trabalho pode ser explicada pelo papel desempenhado pela “moral familiar” e pelo peso da hierarquia familiar sobre seus membros.

O que está em pauta é a definição dos papéis sociais de cada um dos membros de acordo com o sistema de valores predominantes e a situação para a qual são acionados. Seria ilusório supor que a reforma agrária tornaria desnecessária a adoção do que Woortmann (1987) denomina de modelo ideológico adaptativo para sobrevivência na situação de pobreza, pois tal abandono definitivo só será efetivado quando a redistribuição de terras significar mobilidade social ascendente de todos nela inclusos. Até os dias de hoje, o resgate que a reforma agrária vêm desempenhando se dá com maior ênfase na garantia dos direitos sociais, civis e políticos da cidadania em distinção à população pobre residente nas cidades. Neste rol de direito, o direito ao trabalho é decisivo para essa transformação ao permitir o que pode ser denominado de familiarização da pobreza em contraposição à feminização da mesma

esclarecida por Woortmann. De acordo o autor, “a situação de pobreza não altera em nada o status da mulher. Pelo contrário, ele torna o seu ‘domínio’ – o da casa e das relações que a rodeiam – central e decisivo para a sobrevivência da casa.” (WOORTMANN, 1987, p.292).

O retorno ou a permanência na área rural aparece na balança permanência-migração como uma saída possível para combater a marginalização sofrida especialmente pelo homem no ambiente urbano pobre, afinal, **lá não é o seu lugar**. Nas palavras de Agier (1990, p.58), essa produção familiar da feminização da pobreza é decorrente de “princípios da contradição entre a pobreza e o status social do homem familiar: a pobreza não é um lugar para ele; quando ela não o marginaliza, é porque está saindo dela.” Estar desempregado para o homem da cidade e **na cidade** é sinônimo de baixa estima, humilhação e vergonha e, mesmo quando empregado, sobreviver com baixos salários representa ver faltar dinheiro para suprir as necessidades básicas de sua família, especialmente, o suprimento alimentar de seus filhos e oferecer condições adequadas de moradia. Assim, precisam adotar práticas vinculadas a um modelo adaptativo para enfrentamento da situação de pobreza, entre as quais se destaca a instabilidade conjugal na vida urbana. Como demonstrado em outro estudo (RAMIRO, 2002), essa instabilidade conjugal aparece como resposta adaptativa com o intuito de preservar a própria família e, especialmente, a relação mães e filhos, a mais profunda de todas as formas de comunidade. O alto percentual de chefia feminina nas famílias de baixa renda ou a instabilidade conjugal caracterizada pelo número elevado de parceiros ao longo da vida dessas mulheres é reposta a essa marginalização do homem no ambiente urbano.

Como vimos neste trabalho, o retorno ao campo possibilita que a unidade familiar e a unidade de produção coincidam, embora apresentem divisões internas referentes a quem pode e deve fazer o quê para sobrevivência de todos. Essa co-responsabilização dos membros da família para sua reprodução social e econômica no campo, em especial na agricultura familiar presente nos projetos de assentamento, permite a familiarização da pobreza ao envolver a todos segundo suas características sociais, culturais e econômicas. Esse resgate da auto-estima masculina permite que o modelo ideal de família, ou seja, a família nuclear, apareça de modo intenso na população rural de baixa renda, embora não como mero retorno aos tempos antigos, mas sim, de modo renovador e (re)elaborado a partir das histórias de vida de cada um.

À guisa de conclusões: o desejo do campo

A releitura do primeiro dos estudos foi feita a partir das preocupações do segundo estudo. O momento por ele representado foi, portanto, atualizado a partir das preocupações suscitadas na segunda pesquisa. Sobressai, porém, a similitude das representações que se tem da cidade, o que confere, a estudos tão distantes no tempo e no espaço, conexões de sentido. Sobressaem, por outro lado, as diferenças nas relações objetivas entre cidade e campo.

O primeiro dos estudos aconteceu em uma região em que o dinamismo dos centros urbanos e as relações estabelecidas entre os bairros rurais e as cidades permitiu, aos moradores rurais, trajetórias distintas: dos remanescentes das famílias moradoras, alguns ainda permanecem como pequenos sitiantes indo regularmente à cidade, agora com veículos próprios, para vender produtos, como queijos, produzidos por eles mesmos; outros, que puderam estudar, venderam parte da propriedade, e mantem parte para estadias esporádicas mas sem manter com ela relações econômicas de sobrevivência; outros, especialmente os maiores proprietários, moram na cidade e se mantem como produtores rurais. Dos assalariados, nada se sabe atualmente: a falta de propriedade não os manteve ligados ao lugar.

O segundo dos estudos aconteceu em uma área de diferente dinamismo econômico, com poucos centros urbanos expressivos, palco de conflitos sociais. Para os entrevistados, a cidade não cumpriu com a promessa de retirá-los da pobreza, e o campo ressurgiu, ressignificado, como estratégia para se viver de maneira mais digna, a mesma pobreza.

Portanto, não apenas o tempo e o local distinguem esses do primeiro grupo estudado. A vivência na cidade também os diferenciam: para os primeiros, a cidade chegava com o caminhão de leite e com a escola; ia-se raramente à cidade, também pelo caminhão do leite e pelas estradas que as linhas do leite desenhavam e que ainda hoje permanecem para se ir dos bairros rurais ao núcleo urbano para os ofícios religiosos e comerciais. Para os segundos, a cidade foi vivida. Para esses, valeu a representação da cidade produzida pelos primeiros: a cidade não os retirou da pobreza.

BACK TO THE FIELD: STRATEGIES TO LIVE POVERTY

ABSTRACT: *This study compares, in contrast, two studies done in places and at different times of São Paulo, the state, more developed, from an economic standpoint, from Brazil. Defines as a basic objective was to compare the perception that individuals and groups residing in the camp have on the countryside and city, using this insight to justify their migration or absence of them. Aims to highlight the relationships that those processes have with the experience of poverty. From the viewpoint of time, the first of the studies was conducted in the early 70s of the twentieth century, in the Central Region of the state, systematically exploring the motivations for staying in rural areas. The time was characterized by significant frequency of studies on rural-urban migration. The study then conducted against the hand occurred in migratory movements. The second study took place at the beginning of the century, in the Pontal, with individuals and groups who, for the opportunity to open rural settlements by the State Government in the region, carried out the urban-rural migration and land reform saw a way to stay on the field. The Pontal do Paranapanema, located in the region of Presidente Prudente, in the western state of Sao Paulo, is the second poorest region in the state. The moment represented by the first study was therefore upgraded from the concerns raised in the second survey. Stands, however, the similarity of representations that have the city, which makes the studies so far apart in time and space, meaning connections.*

KEY WORDS: *Agrarian reform. Social representation. Migration.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

AGIER, M. Lugares e redes: as mediações da cultura urbana. In: GODOI, E. P. (org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.

_____. O sexo da pobreza: homens, mulheres e crianças numa avenida em Salvador da Bahia. **Tempo Social**, São Paulo, v.2, n.2, p.35-60, 1990.

ALMEIDA, V. U. de.; MENDES SOBRINHO, O. T. **Migração rural-urbana**: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado;1951.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 03-25. (Coleção Estudos, 20).

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1963.

LEWIS, O. **La cultura de la pobreza**. Barcelona: Anagrama, 1972.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MANCUSO, M. I. R. **O fenômeno da permanência no sistema social rural**. 1975. 218f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1975.

MARTINS, J. de S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

PARSONS, T.; SHILLS, E. **Toward a General Theory of Action**. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press, 1962.

PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil: os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C. E. et al. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.07-12.

PERLMANN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Estudos Brasileiros, 18).

RAMIRO, P. A. **Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação: o caso dos assentados do Nova Pontal.** 2008. 156f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____. **A bolsa e a vida: estratégias sociais e sobrevivência numa comunidade de baixa renda.** 2002. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SPOSATI, A.de O. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1998.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. **A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo.** Tempo Social, São Paulo, v.4, n.1-2, p.53-93, 1994.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: EDUSP, 1995. p.231-352.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Brasília: CNPq, 1987. (Biblioteca Tempo Universitário, 82).

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso.** São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

_____. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

RAMIRO, P. A. Identidade e Pobreza: buscando caminhos para interpretação da vida na cidade. In: LUCENA, C. T.; GUSMÃO, N. M. M. de (Org.). **Discutindo identidades.** São Paulo: Humanitas/CERU/FAPESP, 2006. p.17-28.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.